



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Anexo I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1.** Aquisição de **2.000 (dois mil) cartões de acesso** visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência. Imagem exemplificativa abaixo:



- 1.2. Natureza do Objeto:** aquisição de bens.

- 1.3. Prazo do contrato e Prorrogação:** Por se tratar de entrega imediata, está dispensado contrato.

- 1.4. Código SIASG:** 398875

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

- 2.1.** A presente contratação tem como razão a necessidade de aquisição de cartões de acesso com as características descritas neste Termo de Referência (**Item 4**), tendo em vista o fim do estoque no almoxarifado e a obrigatoriedade de identificação de todos que acessarem as unidades do TRE-PR.
- 2.2.** Assim, através da contratação ora pretendida, o TRE-PR continuará sendo beneficiado com eficiência no serviço de identificação dos novos servidores, colaboradores, visitantes e veículos que adentrarem ao pátio e ao prédio deste Tribunal.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

3.1. Das obrigações da contratada:

- a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Aviso de Dispensa de Licitação, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- b) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência (**Item 5**), acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- d) Substituir às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, o objeto com avarias ou defeitos.
- e) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta contratação.
- f) Não utilizar o nome do TRE-PR para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com prévia e expressa autorização do próprio Tribunal.
- g) Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnicas pertinentes a esta contratação, que eventualmente venham a ser solicitados pelo contratante.
- h) Responsabilizar-se por todo o perfeito fornecimento do objeto, devendo ser novo e de primeira qualidade, obedecendo à garantia legal e às demais normas do Código de Defesa do Consumidor.
- i) Em todos os casos de entrega e retirada de produtos, os custos de transporte correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para o TRE-PR.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Especificações:

- a) Medidas: 8,6cm x 5,4cm;
- b) Cartões deverão estar de acordo com as normas ISO 15693, ISO 14443A e ISO 14443B.
- c) Deve suportar frequências de operação de 13,56MHz.
- d) Deve suportar, sem a necessidade de qualquer troca ou modificação de hardware, a leitura da tecnologia Mifare e Desfire.

e) Possuir capacidade de leitura para distâncias de pelo menos 5cm entre smartcards contactless e a leitora.

f) Na extremidade oposta ao chip, a antena deverá ter um espaço da borda de, no mínimo, 1.2cm. E nesse espaço deverá ser feito um furo de aproximadamente 1,5cm de largura para colocação de presilha tipo jacaré.

4.2. Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Participação de Consórcio: não será permitida a participação de consórcio, conforme art. 8º da Portaria DG TRE-PR 591/2022.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de entrega: o prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias corridos**, contados após o aceite da Nota de Empenho.

5.1.1 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Do local de entrega: as entregas deverão ser realizadas na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, no horário das 12h às 18h, mediante prévio agendamento junto à Assistência de Segurança Institucional e Polícia Judicial, nos telefones (41) 3330-3382 ou 3072-4850 com o servidor **Sinter Maiki de Constantino Machado e Santana**.

5.3. Garantia: o prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.3.1. Os materiais utilizados para o cumprimento do objeto do presente Termo deverão ter garantia contra defeitos de fabricação, bem como obedecer às demais normas do Código de Defesa do Consumidor.

5.3.2. Caso seja constatado qualquer vício, defeito e/ou imperfeição nos materiais empregados, a contratada deverá providenciar a substituição no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do comunicado do TRE/PR, ficando por sua conta exclusiva as despesas correspondentes.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.2. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

- 6.3. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados ou, na falta destes, pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)). Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal/gestor emitirá notificações para a correção da execução desta contratação, determinando prazo para a correção.
- 6.4. O fiscal/gestor da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.4.1. O fiscal/gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.
- 6.5. O gestor da contratação elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DO CRITÉRIO DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

- 7.1. **Do recebimento provisório:** os materiais serão recebidos provisoriamente de forma sumária pelo Fiscal da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 7.2. **Do recebimento definitivo:** os bens serão recebidos definitivamente no prazo de cinco (5) dias úteis, contados do recebimento provisório, pela Assistência de Segurança Institucional e Polícia Judicial, após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 7.3. **Dos bens rejeitados:** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.4. **Forma de pagamento:** o pagamento será processado de modo parcela única. A contratada deverá encaminhar a nota fiscal para o e-mail: asipi@tre-pr.jus.br

8. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 8.1. As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/2018.
- 8.2. A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% do valor total do contrato.
- 8.3. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1.** Dúvidas poderão ser sanadas com a Assistência de Segurança Institucional e Polícia Judicial - ASIPJ, por meio do telefone (041) 3072-4850 ou pelo e-mail asipj@tre-pr.jus.br.